

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.656.132 - SP (2020/0021702-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : E Y DOS R (MENOR)
REPR. POR : P Y C
ADVOGADOS : THARSIS SPERDUTTI - SP171170
Ana Beatriz Tomanini de Araujo - SP408907
AGRAVADO : F DE A DOS R J
ADVOGADO : ROBERTO ANGELO DE ALBUQUERQUE CHAVES -
RJ206624

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por E Y DOS R, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e alínea "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL - ALIMENTOS - AÇÃO REVISIONAL - SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA - INSURGÊNCIA DO ALIMENTANTE - ACOLHIMENTO - OBRIGAÇÃO ORIGINARIAMENTE ESTIPULADA EM 33% DOS RENDIMENTOS LÍQUIDOS DO ALIMENTANTE QUE ATUA COMO MÉDICO DO EXÉRCITO (PRIMEIRO TENENTE) - PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE A PROLE QUE TAMBÉM DEVE NORTEAR O VALOR DESSA ESPÉCIE DE OBRIGAÇÃO - ALIMENTOS DEVIDOS AO APELADO QUE ACARRETAM UM TRATAMENTO PRIVILEGIADO EM RELAÇÃO AO MEIO IRMÃO POIS SUPERAM AO QUE O APELANTE CONSEGUE OFERECER AO FILHO MAIS NOVO O QUE COMPROMETERIA 66% DA SUA RENDA LÍQUIDA - REDUÇÃO PARA 165% DOS RENDIMENTOS LÍQUIDOS DO ALIMENTANTE SE EMPREGADO E 165% DO SALÁRIO MÍNIMO PARA O CASO DE DESEMPREGO OU TRABALHO INFORMAL NA FORMA REQUERIDA NESTE RECURSO QUE SE MOSTRA ADEQUADA BEM ATENDENDO AO BINÔMIO NECESSIDADE-POSSIBILIDADE - ART 1694 § 1 DO CÓDIGO CIVIL - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PROVIDO

Quanto à **primeira controvérsia**, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 1.022, I e II, do CPC, no que concerne à ocorrência de omissão e contradição no acórdão recorrido, trazendo os seguintes argumentos:

Ao negar provimento aos Embargos da parte Recorrente, o Tribunal acabou por infringir os artigos acima colacionados, pois não manifestou-se em relação aos argumentos apresentados, deixando de apreciar os mesmos,

os quais poderiam, de fato, infirmar a conclusão adotada pelo julgador. Assim refere o julgador:

Em que pese o inegável saber jurídico do ilustre relator do acórdão, não se trata de INOVAÇÃO RECURSAL, e sim, da CORRETA APRECIÇÃO DA PROVA, argumentos estes que o acórdão recorrido pura e simplesmente NEGOU-SE a analisar.

Assim, trata-se da VALORAÇÃO DA PROVA DE MANEIRA ADEQUADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, o QUE TAMBÉM É APRECIÁVEL EM INSTÂNCIA SUPERIOR, SEM A INCIDÊNCIA DA SUM. 07 DO STJ.

Em outras palavras, o acórdão recorrido deixou de tirar das provas as devidas CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS. É nesse contexto que surge a valoração jurídica da prova.

Com o advento do Novo Código de Processo Civil, fica reforçada a importância distinção, pois já não basta a mera opinião do julgador, pois, enquanto opinião representar, não poderá ser considerada como suficiente para o desfecho da lide. Assim, a valoração jurídica da prova se coaduna com o dever do juiz ou tribunal fundamentar as suas decisões, não bastando escolher ao seu livre arbítrio uma delas e não aceitar outras sem a devida fundamentação.

[...]

No presente caso, o v. Acórdão simplesmente NEGOU-SE a apreciar os argumentos trazidos pela parte Recorrente nos Embargos de Declaração interpostos em face do v. acórdão em sede de recurso de apelação, e ainda entendeu pela valorização única e exclusiva das afirmações do Recorrido, deixando de analisar e ou solicitar provas que comprovem a prova apresentada pela Recorrente sem a adequada e necessária fundamentação (fls. 220/221).

Quanto à **segunda controvérsia**, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 1.013 do CPC, trazendo os seguintes argumentos:

Da mesma maneira, incorreu o Tribunal na LC5 fls. 222 - infringência do art. 1.013 do NCPC/2015 (correspondente do art. 515, § 1º 2 do CPC/1973), ora veja-se:

[...](fls. 222).

Quanto à **terceira controvérsia**, pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega interpretação manifestamente divergente do acórdão recorrido com precedentes de outros tribunais.

É o relatório. Decido.

Quanto à **primeira controvérsia**, na espécie, impende ressaltar que, nos limites estabelecidos pelo art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente

existentes no julgado combatido, bem como a corrigir erro material. Neste sentido, os seguintes arestos da Corte Especial: EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AREsp 475.819/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, julgado em 07/03/2018, DJe 23/03/2018 e EDcl nos EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl nos EREsp 1491187/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, julgado em 07/03/2018, DJe 23/03/2018.

No caso em exame, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

A obrigação alimentar em questão corresponde a 33% dos rendimentos líquidos do alimentante, o que foi fixado em 20.07.2016 por acordo entabulado nos autos da ação de alimentos nº 1121068-03.2014.8.26.0100 (fls. 09).

O d. Juízo a quo, partindo da premissa de que o filho mais novo do apelante já havia nascido quando da estipulação dos alimentos, entendeu que não foi comprovada a superveniente redução das possibilidades do alimentante, julgando o pedido revisional improcedente.

[...]

Considerando que o alimentando é menor impúbere, nascido em 17.06.2004, é presumível que necessite dos alimentos, porquanto seja incapaz, por ora, de prover o próprio sustento. Conta com 14 anos de idade e reside com a genitora, fazendo jus à pensão alimentícia para a satisfação de necessidades básicas, como alimentação, moradia, educação, vestuário, cuidados com a saúde e lazer, certo de que suas despesas são as ordinárias de qualquer outra adolescente com a sua idade.

Quanto às possibilidades do alimentante, observo que desde a data da fixação dos alimentos, não se constata tenha havido redução salarial significativa, certo de que permanece no cargo público de médico do Exército (Primeiro Tenente), auferindo salário líquido, sem computar o abatimento dos alimentos, de R\$9.677,92 (fls. 13).

Em que pese isso, não se pode desconsiderar que o apelado possui outro filho menor, nascido em 30.05.2014 (fls. 11), a quem também deve garantir o sustento.

A esse respeito, ressalto que tanto na fixação, quanto na revisão do encargo alimentar, ao lado do mencionado binômio necessidade-possibilidade, deve ser também observado o princípio da igualdade entre a prole, de forma que os alimentos sejam fixados, dentro do possível, de forma igualitária para cada alimentando, respeitando-se as circunstâncias especiais e as necessidades de cada um. Isto significa que os alimentos em favor de um dos filhos deve ser fixado em patamar razoável e também possível de ser oferecido ao outro.

[...]

Desta feita, conclui-se que a obrigação não pode ser mantida no patamar atual, sob pena de acarretar um indevido privilégio do apelado em detrimento do irmão mais novo, já que o apelante não tem condições de

dedicar 66% dos seus rendimentos apenas com o sustento dos dois filhos.

Frise-se, outrossim, como venho defendendo em casos parelhos, que a jurisprudência assente sobre o tema é clara ao estabelecer que o encargo alimentar deve comprometer até 1/3 dos rendimentos líquidos do alimentante, em favor de tantos filhos quantos tenha, sob pena de inviabilizar-se a sua própria subsistência, o que se distancia da finalidade do instituto (fls. 189/191).

A decisão restou ainda integrada em sede de embargos de declaração:

Em concreto, o embargado comprovou que tem outro filho, com quem reside e deve assegurar o sustento.

Foi mencionado que nos termos da jurisprudência assente sobre o tema, o sustento com os filhos deve comprometer até 1/3 dos rendimentos líquidos do alimentante, o que vale para tantos quantos sejam os alimentandos.

Considerando que a obrigação inicialmente devida ao embargante correspondia a 33% dos rendimentos líquidos do genitor, é evidente que não conseguiria ele dedicar percentual equivalente ao filho que com ele vive, o que comprometeria 66% do seu salário líquido.

Daí porque, como forma de compatibilizar não apenas o binômio necessidade -possibilidade, mas também a igualdade de tratamento entre a prole, procedeu-se à revisão dos alimentos devidos ao embargante para 16,5% dos rendimentos líquidos do embargado, o que garante o pagamento de parcela relevante das despesas com a sua subsistência, ao mesmo tempo em que afasta o tratamento privilegiado que tinha em relação ao irmão por parte de pai.

Frise-se que, pelos elementos coligidos aos autos, o embargado depende exclusivamente do seu salário como membro do Exército, não havendo elementos que indiquem outras fontes de renda (fl. 107).

Assim, a alegada afronta ao artigo 1.022 do CPC não merece prosperar, porque o acórdão recorrido examinou devidamente a controvérsia dos autos, fundamentando suficientemente sua convicção, não havendo se falar em negativa de prestação jurisdicional porque inócuentes quaisquer dos vícios previstos no referido dispositivo legal, não se prestando os declaratórios para o reexame da prestação jurisdicional ofertada satisfatoriamente pelo Tribunal a quo.

Confira-se, nesse sentido: REsp 1808357/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/09/2019, DJe 20/09/2019 e EDcl no AgInt no AREsp 1422337/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/09/2019, DJe 12/09/2019 e AgInt no REsp 1780519/RO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 28/06/2019.

Quanto à **segunda controvérsia**, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstrou, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou o dispositivo de lei federal apontado, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que “a argumentação recursal em torno de normas infraconstitucionais não pode ser meramente genérica, sem o desenvolvimento de teses efetivamente vinculadas a elas e sem a demonstração objetiva de como o acórdão recorrido as teria violado. Incidência da Súmula n. 284/STF” (REsp n. 1.293.548/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/6/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.442.952/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/2/2017; EDcl no AgRg no AREsp n. 422.103/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 13/10/2014; AgRg no AREsp n. 413.345/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 22/10/2015; e AgRg no AREsp n. 634.545/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 18/5/2015.

Quanto à **terceira controvérsia**, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF” (AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior

Superior Tribunal de Justiça

Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente